

EQUILÍBRIO ECOLÓGICO E JUSTIÇA SOCIAL

DAISY DE ASPER Y VALDES

Assessora Técnica do Senado Federal

1. Desenvolvimento sustentado — 2. Defendendo a biodiversidade.

A prioridade para uma nação em desenvolvimento é compatibilizar a necessidade de industrializar-se e aproveitar seus recursos naturais com a preservação ambiental, sem criar riscos para a sobrevivência da vida no planeta. O custo dessa operação casada é mais alto do que seja capaz de realizar sozinha uma nação subdesenvolvida. O discurso ambientalista sério reivindica claramente justiça social como condição para o equilíbrio ecológico capaz de conferir permanência às conquistas de qualidade de vida.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO/92), a realizar-se no Rio de Janeiro em junho próximo, atingirá seus objetivos se conseguir fixar a atenção mundial nas prioridades sociais do Terceiro Mundo, sem prejuízo do marco ecológico.

O principal foco de atenção ambiental em nosso País — a Amazônia — ressurgiu com toda a força nessa fase, porém, dentro de uma curiosa reviravolta: há a consciência de que deter-se apenas na floresta a ser preservada e fazer-se abstração do homem que a ameaça por razões de sobrevivência — como ocorre no tratamento dispensado ao assunto pela mídia dos países desenvolvidos — é falsear a questão. Ou focalizá-la tão-somente pelo lado da estética visual, com aquela dose de lirismo sobre a pureza do oxigênio e com a preocupação infundada sobre o “efeito estufa”. A opinião pública do Norte planetário precisa tomar consciência de que o homem desmata no Sul, na maioria das vezes, para alimentar-se. É essa a mensagem que muitos especialistas esperam que a ECO/92 anuncie ao mundo como ponto de partida desse desafio conciliar o social como o ecológico no conceito e na prática de um novo desenvolvimento, justo e respeitoso da natureza.

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

A crise ecológica contemporânea tem como causa uma complexa estrutura de problemas criados tanto pelo superdesenvolvimento econômico dos

países industrializados, quanto pelo subdesenvolvimento crônico nos países pobres. O encaminhamento da solução desses problemas dependerá, em grande parte, da habilidade das nações de implementarem, na prática, o novo paradigma do “desenvolvimento sustentável” (satisfazer as necessidades de nossa geração sem comprometer a sobrevivência de gerações futuras), por meio de políticas consistentes de cooperação multilateral baseadas em princípios de interdependência.

Para os países em desenvolvimento será fundamental que a adoção do novo paradigma do “desenvolvimento sustentável” seja negociada, de modo que seus custos e benefícios venham a ser equitativamente distribuídos com as nações ricas, uma vez que, até o presente, somente estas últimas têm desfrutado, de forma desproporcional, dos benefícios resultantes dos modelos contemporâneos de “desenvolvimento não-sustentado”.

Dentre os principais problemas já identificados, destacam-se a explosão demográfica nas regiões de baixa renda *per capita*, que hoje abrigam três quartos da população mundial, e a insuficiência e inadequação dos atuais mecanismos de investimento nessas regiões, aliados a esquemas de promoção do desenvolvimento econômico ineficazes e ultrapassados que resultam em fortes pressões sobre o meio ambiente (principalmente sobre a biodiversidade, a fertilidade dos solos e a qualidade das águas). Paralelamente, nas regiões afluentes dos países industrializados, a manutenção de estilos de vida sofisticados, baseados no uso intensivo de energia de origem fóssil e na utilização de tecnologias de elevado risco ambiental, poderá, a longo prazo, comprometer os sistemas naturais responsáveis pelo equilíbrio ecológico do planeta. Adicionalmente, como esses estilos de vida são continuamente exportados para as regiões pobres como “a solução para o desenvolvimento”, a espiral de pressões sobre o meio ambiente tenderá a crescer a taxas cada vez maiores.

Constata-se, com facilidade, que a estrutura sócio-econômica do País tem empurrado sua miséria para a Amazônia, na tentativa de escamotear conflitos ou diminuir a pressão por empregos, por renda, por terra.

O desfecho conhecido é o rápido direcionamento para as periferias das cidades em busca de sobrevivência. Entre 1970 e 1980, a população urbana da Amazônia passou de 38 para 52% do total e esta tendência se mantém em alta. Há um verdadeiro movimento físico de vilas e povoados que surgem, se extinguem, reaparecem com os mesmos moradores em outras áreas ou simplesmente acabam se incorporando às capitais estaduais. A pesquisadora Bertha Becker afirma que o binômio mobilidade de trabalho e urbanização crescente e desaparelhada constitui um dos maiores problemas ecológicos da região. Constitui também um processo doloroso de aprendizagem social e elevação de aspirações mediado pelo urbano.

2. DEFENDENDO A BIODIVERSIDADE

A floresta guarda quase um terço do estoque genético do mundo. Em reportagem abrangente, há alguns meses, a revista *Veja* divulgou que a multinacional farmacêutica Merck, em sua filial brasileira, só na coleta e manuseio das folhas de Jaborandi nativo da Amazônia oriental para a produção de medicamento contra o glaucoma, teve um faturamento de cerca de \$ 25 milhões de dólares anuais e gerou 250 empregos diretos e 3 mil indiretos. O jaborandi não nasce em nenhum outro ponto do planeta, e ainda não foram desenvolvidas técnicas para plantá-lo em florestas homogêneas. A Merck trata com tanto cuidado sua fonte de renda que chega a ter uma equipe só para treinar os trabalhadores de modo a procederem à coleta sem danificar o arbusto, possibilitando a produção de novas folhas no prazo de um ano. Esse exemplo do coletador da Merck, que retira com muito cuidado as folhas do arbusto para produzir um remédio singular, porque não tem outra fonte produtora a não ser a região da Amazônia, como também o seringueiro, que instintivamente extrai sem depredar, ou mesmo o ervateiro do sul do Brasil, todos devem ser mencionados, não romanticamente, mas de forma pedagógica e ilustrativa do que se objetiva, que é o desenvolvimento auto-sustentado.

Quando se sabe que o Brasil investe em pesquisas genéticas menos do que um único laboratório americano costuma investir na produção de um medicamento, entende-se por que estamos há anos fazendo um raciocínio circular em torno da biodiversidade. Como transformá-la em divisas, em empregos, em alternativas econômicas, se não se criam as condições para isso?

Parece óbvio que, se o País não o fizer como demanda social irrecusável, de maneira séria e aberta, alguém o fará de maneira oblíqua e espoliativa, nas mais variadas escalas. Herbert Schubart, professor do INPA, cita como exemplo um professor visitante estrangeiro que colheu espécies raras de fungos na floresta amazônica para pesquisar suas propriedades. Autorizado a levá-los para o seu país para estudo, abandonou sua atividade acadêmica e abriu uma empresa especializada em fornecer fungos para laboratórios. Furtos como esse, em diversas escalas, continuarão a ser praticados, pois não capacitamos os nossos cientistas para que encontrem aqui a chave genética desses recursos.

O crescimento esperado para a Amazônia, mantidas as atuais regras do jogo, será o crescimento baseado na avaliação seletiva dos recursos naturais feita pelos grandes empreendedores e seus aliados, avaliação esta feita fora de uma discussão sobre a moldura social necessária. Dessa forma a mineração e a madeira farão parte de tal seletividade econômica, enquanto o investimento em biodiversidade não.

Finalmente, considerando que a ocupação da região é um fato, a grande pergunta, hoje, a respeito da questão amazônica é esta: quem vai definir

o conteúdo do desenvolvimento? Há um contingente populacional crescente para ser empregado e recursos naturais sendo explorados em velocidade também crescente, porém não há mais tempo para apostar em aventuras políticas de curtíssimo prazo. A grande floresta tropical, o símbolo brandido para sacramentar as mais diversas bandeiras e intenções, não deve e não pode se transformar no símbolo de nossa incompetência para construir uma nação, nem pode mais ser a refém de um sistema socioeconômico violento e predador. A floresta é o povo brasileiro, numa amostragem rica, multirracial, multirregional de uma população tangida ao longo de uma história de exploração impiedosa dos que dependem do trabalho para sobreviver.

O Brasil dará passo decisivo para obter a compreensão e a cooperação internacionais, em torno de um modelo preservacionista em seu espaço equatorial, na medida em que se apresentar perante a ECO-92 com uma proposta consolidada pelo apoio de todos os níveis internos de poder. Esta a ecologia defensável e que o bom senso aconselha a todos respeitarem e levarem na devida conta.